

Mosaico no tempo: uma inter-ação entre corpo, cegueira e baixa visão

Marcia Moraes¹



Mosaico no tempo: uma inter-ação entre corpo, cegueira e baixa visão coloca-nos diante do desafio de desdobrar cada uma de suas expressões. É que já no título há indicações importantes sobre as abordagens metodológicas e políticas que orientam o trabalho. Mosaico no tempo? Trata-se de uma pesquisa que investe na articulação entre práticas ocorridas em tempos distintos. Uma, realizada com o fim de levar a cabo pesquisa de doutorado; outra, realizada no percurso profissional da autora. Em ambas, um fio condutor: a prática corporal com crianças e jovens cegos ou com baixa visão. Práticas dis-

tinhas, certamente. Em uma, a oficina de expressão e movimento; em outra, a estimulação precoce com crianças e bebês. A pesquisa foi construída com base em narrativas fragmentárias, cacos oriundos dessas práticas corporais voltadas para as crianças e os jovens cegos e com baixa visão. Há nesse ponto uma aposta que diz respeito ao método segundo o qual a pesquisa foi realizada: na articulação de temporalidades distintas, a pesquisadora lança mão da memória de seu percurso profissional como um dos solos em que a investigação vai sendo tecida e semeada. Não a memória como mo-

¹ Professora titular no Instituto de Psicologia da Universidade Federal Fluminense, com atuação na Graduação e na Pós-Graduação *stricto sensu* em Psicologia na mesma instituição. Doutora em Psicologia Clínica pela Puc/SP. Pesquisadora do CNPq e autora de vários artigos científicos na área da deficiência visual. Financiamento de pesquisa: CNPq, Faperj.

numento, nem como banco de dados pessoais, privados. Antes, o que está em jogo é convocá-la – e, portanto, refazê-la – a partir do presente, das questões e dos impasses que vão ganhando força no presente, ou seja, no momento em que a autora se engaja na pesquisa de campo de seu doutorado. Presente e passado se entrelaçam, se tecem em conjunto e afirmam um modo de pesquisar que não teme dizer-se localizado e posicionado. Localizado, porque entrelaçado em um percurso que não é ocultado do leitor, um percurso que a todo momento é apresentado. Localizado também porque confere visibilidade às mediações que compõem o corpo da pesquisadora: os mal-entendidos, os equívocos, as surpresas são partes constitutivas desse trabalho. É um trabalho encarnado.

No que toca às “inter-ações” entre corpo, cegueira e baixa visão, a pesquisa é inovadora, já que afirma uma concepção de corpo que se define por suas ações, pelas conexões. Na perspectiva que embasa o texto, fundada de resto na concepção de corpo proposta por Bruno Latour (2002) e Annemarie Mol e John Law (2003), há distinção entre duas noções de corpo. A primeira, baseada no corpo como objeto, o *corpo-que-eu-tenho*, toma como modelo o corpo morto, aquele que é observado, medido, avaliado e esquadrinhado em suas partes. O referencial aqui é o da anatomia. A outra concepção de corpo, aquela afirmada pelos autores e que comparece no trabalho de Maria Rita, é a do *corpo-se-fazendo*, ou seja, o corpo em ação. A referência aqui é a um corpo metabólico, que se define pela capacidade de afetar e ser afetado pelo mundo, pela capacidade de ser movido e efetuado por mais e mais entidades do mundo. O que importa é a conexão. A expressão *corpo-se-fazendo* ou *corpo-que-nós-fazemos* é empregada por Mol e Law (2003) para marcar a ação de agenciar elementos heterogêneos, humanos e não humanos. Vale a pena fazer uma breve análise da expressão utilizada pela autora: *the body we do*. Na expressão inglesa, o verbo utilizado é o *to do*, cuja tradução em português é fazer. No entanto, esse fazer ganha um contorno muito singular oriundo do verbo *to do*, e não de outro verbo, cujo sentido é também fazer, o *to make*. *To do* e *to make* têm sentidos distintos na língua inglesa. Quando digo que vou fazer um bolo, devo usar o verbo *to make*, porque esse fazer resulta em um produto, o bolo. Já quando digo que vou fazer a lição de casa ou meu trabalho, devo usar o verbo *to do*, porque esse fazer não resulta necessariamente em

um produto acabado, pronto. Ao contrário, é um fazer que recomeça dia após dia, um fazer que é processual. Assim, para Mol e Law (2003), o corpo-que-nós-fazemos tem esse sentido de um fazer contínuo, cotidiano, fazer que consiste em afetar e ser afetado, em agenciar, conectar mais e mais elementos a fim de reunir em um agregado, sempre parcial, o que conta como corpo. Seguindo nessa mesma direção, Donna Haraway (2008) afirma com clareza que “o cadáver não é um corpo. Ao invés, o corpo é sempre um fazer; é sempre um emaranhado vital de escalas, tempos, maneiras de ser heterogêneas ligadas em presença encarnada, sempre um tornar-se, sempre constituído em relação” (Haraway, 2008, p. 163).²

Tomando tal concepção de corpo como referência, o texto de Maria Rita coloca em xeque a concepção de cegueira e baixa visão como *deficits* que se inscrevem em corpos individualizados. Cegueira e baixa visão não são faltas, tampouco são tomadas como categorias cujas significações são dadas na partida. Tomar o corpo em ação, corpo-se-fazendo, é um modo de interferir no cenário da deficiência visual em uma direção que se poderia identificar com aquela do modelo social da deficiência, uma concepção de deficiência proposta inicialmente nos países de língua inglesa como uma reação à concepção biomédica da deficiência. Nesta última, a deficiência é tomada como *deficit* que se inscreve no corpo individual e é apropriado pelo discurso da biomedicina. Trata-se, sem dúvida, de uma forma de construção histórica da deficiência já desenhada por alguns autores (Martins, 2006; Foucault, 2000) e que tem como efeito individualizar e naturalizar a deficiência. Mais do que isso, a concepção biomédica de deficiência despolitiza a questão porque a circunscreve no campo da patologia, da doença a ser curada e vencida. Foi nos anos 1970, na esteira dos movimentos sociais de contestação e de luta por direitos civis para minorias, que o movimento das pessoas com deficiência levantou-se contra a opressão oriunda das políticas assistencialistas em torno da deficiência e contra as demais formas de opressão que tinham por base a concepção de que a deficiência é uma tragédia ou um fracasso individual, pessoal. O modelo social da deficiência consiste na afirmação de que a diferença corporal não se

² Agradeço a Maria de Fátima Aranha Queiroz e Melo a tradução de parte do livro de Haraway (2008).

marca como patológica nem como desvio por relação a qualquer norma corporal tomada como padrão. A deficiência, longe de ser um *deficit*, é afirmada como efeito de um cenário social opressor e marginalizante da diferença. A força do modelo social está justamente em politizar o tema da deficiência, deslocalizando-o do discurso biomédico e inserindo-o na gramática dos direitos civis. Com esse gesto, afirma-se a deficiência não mais referida exclusivamente a um corpo individual, mas inserida em um corpo social e político que concerne a todos.

Ao afirmar que corpo, cegueira e baixa visão se articulam em “inter-ações”, Maria Rita Campello Rodrigues retoma tal gesto e o leva adiante. Pode-se dizer que esse trabalho atua no sentido de desarmar o reducionismo biomédico da deficiência, constituindo-se em um vetor de articulação de uma gramática mais democrática para o tema da deficiência. Mais democrática precisamente porque inclui mais atores na cena. Por isso, é de capital importância compreender que a articulação entre corpo, cegueira e baixa visão é marcada por uma concepção de corpo que não se reduz a uma unidade cujos limites terminam com a pele. Antes, fazer um corpo é um trabalho que a todos nós concerne. Fazer um corpo envolve afetar, ser movido e efetuado por diferentes atores, sejam eles humanos ou não humanos. Eficiência e deficiência são efeitos, decorrências de tais conexões, essa é a tese que se afirma no livro em questão. Assim, ao interferir nas concepções reducionistas de deficiência, a autora afirma que cegueira e baixa visão inscrevem-se em uma multiplicidade de formas de ver e não ver, tecidas cotidianamente com elementos heterogêneos, tão heterogêneos quanto uma bengala, um lenço, uma música, um colega, uma parceria, um grupo. O investimento que se faz com tal pesquisa é o de promover espaços de experimentação corporal em que são abertas mais e mais oportunidades de conexão, espaços nos quais o *fazer um corpo* ganha novas oportunidades. Por essa via, movem-se as formas de ver e não ver. Há uma aposta, pois, de que a experimentação corporal é um dos caminhos pelos quais é possível redesenhar as fronteiras entre ver e não ver, fazendo com que existam formas mais democráticas, mais heterogêneas de eficiências e deficiências.

Neste ponto, importa sublinhar que, se, de um lado, a pesquisa de Maria Rita pode ser considerada uma retomada do gesto daqueles que lutam pela afirmação do modelo social da deficiência, por outro a autora promove um deslocamento nesse

campo. Deslocamento relevante, porque insere uma diferença no modelo social da deficiência. Que diferença? Justamente a tematização da deficiência longe do binarismo que separa natureza e sociedade. Porque, se o modelo social da deficiência faz avançar as discussões nesse campo, colocando em xeque o reducionismo biomédico, também acaba por afirmar outro reducionismo: o do social. Trocando em miúdos, do ponto de vista da oposição que separa natureza e sociedade, o modelo social da deficiência troca seis por meia dúzia. A uma identidade da deficiência inscrita no corpo biológico, segue-se outra identidade, inscrita no corpo social. Por certo, as conquistas de direitos são resultados inequívocos oriundos da militância – política e epistemológica – empreendida por aqueles que lutaram por um modelo social da deficiência. No entanto, parece-me relevante apontar que ainda está em jogo uma concepção identitária da deficiência. E é nesse ponto que o presente livro opera um deslocamento importante. Isso porque, ainda que reconhecendo a importância do modelo social da deficiência, Maria Rita segue por uma linha de pesquisa que podemos identificar como parte do campo dos estudos de ciência, tecnologia e sociedade (estudos CTS).³

A aposta nos estudos CTS permite recolocar a questão da deficiência em outros termos. Não se trata mais de lidar com a deficiência no seio do binarismo moderno que separa natureza e sociedade. Trata-se, antes, de explorar os diferentes modos por meio dos quais a deficiência é feita, articulando os mais díspares e heterogêneos elementos. Ou seja, se entendemos que ser deficiente não é algo que uma pessoa é, nela mesma, mas algo em que ela se torna, o objetivo da pesquisa passa a ser acompanhar os modos pelos quais eficiência e deficiência são distribuídos, ordenados, em um conjunto de materialidades, de práticas que não cessam de produzir ordenamentos muito singulares da deficiência. O que interessa à pesquisa é explorar as alternativas, investigar os modos locais como tais ordenamentos ocorrem. Em última instância, podemos dizer que as ferramentas dos estudos CTS possibilitam à autora colocar de novo a velha questão do que é ser humano, em um marco certamente bem distante

³ O campo de estudos CTS é bastante vasto e reúne pesquisas em diversas áreas. Nesse campo, a noção de rede é afirmada como uma ontologia de geometria variável que se refere a um processo ativo de associação, no qual as entidades emergem. Assim, afirma-se que a realidade é construída, é efeito de tal processo de associação ativa. Para mais informações sobre esse campo de estudos, ver Law e Hassard (1999), Latour (1994) e Law (2008).

de qualquer humanismo. Nesse sentido, ser humano não é mais que esse arranjo local, provisório, de materialidades e socialidades. A subjetividade e o corpo são efeitos desses arranjos locais. Assim, a aposta pragmática dos estudos CTS é de que, na prática, não há apenas um modo de ordenamento da deficiência, mas vários. Diferentes modos que se articulam, se sobrepõem, se contradizem. A multiplicidade é, assim, um caminho para pensarmos alternativas, formas de resistir ao ordenamento que faz da deficiência um *deficit*.

Assim, seguindo as pistas dos estudos CTS, Maria Rita povoa o cenário da deficiência com mais e mais elementos, fazendo com que mais e mais atores, humanos e não humanos, contem na produção do que possa vir a ser nossa eficiência ou deficiência. Em última instância, o que os estudos CTS permitem é refazer o que conta como humano, com suas eficiências e deficiências, locais, situadas, heterogêneas.

Abrir as condições de possibilidade da deficiência implica seguir os diferentes modos como a deficiência se ordena, com condições materiais e sociais distintas, diferentemente articuladas. Dessa forma, as realidades criadas permanecem abertas precisamente porque são ordenadas a cada momento, em cada situação. Nesses locais, as pessoas são eficientes e deficientes, segundo uma distribuição de agência que é sempre encarnada, materializada em uma série de elementos. Nesse sentido, “todos os sujeitos, eficientes e (de) deficientes, são fluidos e abertos, constantemente movendo-se entre posições subjetivas e articulando estes movimentos de diferentes modos” (MOSER & LAW, 2001, p. 9).

O(a) leitor(a) não encontrará no livro em questão a narrativa última e definitiva das relações entre corpo, cegueira e baixa visão. Nele, a lógica é a do mosaico, segundo a qual nos movemos de um lugar para outro, procurando conexões locais, sem a expectativa de um padrão único ou de uma totalidade. Melo (2007, p. 176-177) resume essa afirmação quando comenta:

A ramificação das relações, as lacunas e as incompletudes fazem parte da descrição de como os fenômenos se articulam performando uma rede. A preocupação com a consistência foi deslocada na TAR [teoria ator-rede] porque a ordenação é um processo provisório, uma vez que as coisas podem estar ordenadas diferentemente em outro instante [...] a coerência é meramente con-

tingencial, nunca uma essência, aparecendo como efeito de um quadro que se estabilizou por um momento [...]. Ao colocar várias histórias, uma ao lado da outra, e ao tecer as costuras entre elas, podemos fazer emergir a diferença pela criação de novas relações, escapando da ditadura do já estabelecido.

Com isso, perde-se a história global, ou seja, a visão do todo. Maria Rita segue com Law (1997) e aposta que existem outras possibilidades de narrar que não se resumem a uma narrativa totalizante, última e definitiva. Ao fazer as narrativas locais, menores e parciais proliferarem, esse livro torna possível a existência de múltiplas formas de ver e não ver.

No caminho perde-se a grande história. Este é o custo: não temos mais a visão geral. Mas, ao mesmo tempo, criamos algo que não existia antes: interferências entre as histórias [...] cultivar várias histórias uma ao lado da outra é alterar o caráter do saber e do fazer. É tornar o saber e o fazer complexo e múltiplo. (LAW, 1997, p. 3)

A multiplicação das narrativas é um modo de conhecer que assume a heterogeneidade do real e que, ao mesmo tempo, sublinha um processo de seleção daquele que narra, marcando o caráter situado, encarnado do conhecimento. A esse respeito, Haraway (2007) afirma que o conhecimento é sempre parcial, situado, conhecimento que parte de algum lugar. Para a autora, a visão geral, universal, é um conhecimento de lugar nenhum. Em suas palavras, “o único modo de encontrar uma visão mais ampla é estar em algum lugar em particular” (Haraway, 2007, p. 684). Assim, o conhecer é algo que ocorre encarnado na heterogeneidade de condições que formam o pesquisador, ele também efeito de certo ordenamento de materialidades e socialidades.

Por fim, como se diz em inglês, *last but not least*, tive a alegria de orientar esse trabalho. Digo alegria porque a vida acadêmica é permeada por temporalidades velozes, por prazos vorazes e por excessos de tarefas que por vezes obliteram o que mais importa: os bons encontros, os bons afetos, o tecer juntos um mundo vivo e intenso. Porque, no final das contas, o que se leva desta vida é a vida que se leva. E aqui eu devo dizer: *gracias a la vida*, que me ofertou mais esse bom encontro!

REFERÊNCIAS

FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2000. (Curso no Collège de France [1975-1976].)

HARAWAY, D. The persistence of vision. In: MIRZOEFF, N. (ed.). *The visual culture reader*. Nova York: Routledge, 2007.

_____. *When species meet*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2008.

LATOURETTE, B. *How to talk about the body?*. 2002. Disponível em: <<http://www.ensmp.fr>>. Acesso em: 2005.

_____. *Jamais fomos modernos*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

LAW, J. *Aircraft stories: decentring the object in technoscience*. Keele, 1997. mimeo.

_____. On sociology and STS. *Sociological Review*, v. 56, n. 4, p. 623-649, 2008.

_____; HASSARD, J. (ed.). *Actor network theory and after*. Londres: Blackwell/The Sociological Review, 1999.

MARTINS, B. S. *E se eu fosse cego? Narrativas silenciadas da deficiência*. Portugal: Afrontamento, 2006.

MELO, M. F. A. Q. Seguindo as pipas com a metodologia da TAR. *Revista do Departamento de Psicologia – UFF*, v. 19, n. 1, p. 169-186, 2007.

MOL, A.; LAW, J. *Embodied action, enacted bodies*. 2003. Disponível em: <<http://www.comp.lancs.ac.uk/sociology/papers/Mol-Law-Embodied-Action.pdf>>. Acesso em: 2007.

MOSER, L.; LAW, J. *Making voices: new media technologies, disabilities and articulation*. 2001. Disponível em: <www.com.lancs.ac.uk/sociology/soc060jl.html>. Acesso em: 2007.